

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Consumidor deve pagar subsídio de R\\$ 16,4 bi na conta de luz](#) 3

[Título: Pequenas usinas veem espaço para ampliar oferta](#) 4

O Estado de S. Paulo

[Título: Eletrobrás pode ficar 'atraente' sem Angra](#) 8

Folha de S. Paulo

[Título: Dólar sobe 3,3% em outubro e real tem pior mês desde eleição de Trump](#) 13

[Título: Subsídios cobrados na conta de luz subirão para R\\$ 16,4 bilhões em 2018](#) 17

Correio Braziliense

[Título: Deputados aprovam fim do horário de verão no DF](#) 19

Valor Econômico

[Título: Distribuidora de MT poderá fornecer gás para térmica de Cuiabá](#) 22

[Título: Venda da Eletrobras incluirá solução para Angra 3, diz secretário](#) 26

[Título: ISA Cteep espera solução para impasse de indenizações na MP da Eletrobras](#) 28

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Consumidor deve pagar subsídio de R\$ 16,4 bi na conta de luz	3
Título: Pequenas usinas veem espaço para ampliar oferta	4
Título: Petrobras e BP dão primeiro passo para formar aliança estratégica	5
Título: Justiça Federal veta nomeação de presidente de estatal nuclear	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Eletrobrás pode ficar 'atraente' sem Angra.....	8
Título: Conta de luz subirá 2,15% em 2018 para bancar subsídios.....	8
Título: Os leilões bem-sucedidos do pré-sal	9
Título: Notas	10
Título: Exportação de minério pode ser taxada	11
Título: Eletrobrás pode ficar 'atraente' sem Angra	12
Título: CSN diz que avalia vender ativos em 2018	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Dólar sobe 3,3% em outubro e real tem pior mês desde eleição de Trump	13
Título: Luz mais cara pode aumentar importados, diz setor químico.....	15
Título: Petrobras discute aliança estratégica com britânica BP	16
Título: Subsídios cobrados na conta de luz subirão para R\$ 16,4 bilhões em 2018	17
Título: Contra a China não tenho nada, apenas inveja	18
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Deputados aprovam fim do horário de verão no DF	19
Título: Reforma na Eletrobras	20
Título: Tarifa pode subir 2,15%	21
VEÍCULO: Valor Econômico	22
Título: Distribuidora de MT poderá fornecer gás para térmica de Cuiabá	22
Título: Subsídios na conta de luz devem subir 26% em 2018	24
Título: Aneel libera recursos excedentes de fundo de reserva para aliviar caixa de empresas	25
Título: Venda da Eletrobras incluirá solução para Angra 3, diz secretário	26
Título: ISA Cteep espera solução para impasse de indenizações na MP da Eletrobras	28
Título: Petróleo avança e minério cai em outubro	29
Título: Petrobras avalia parceria com CNPC em refino no Rio.....	31
Título: Curtas	32

Título: CSN pretende acelerar corte na dívida durante 2018	33
Título: Com reguladores de gás, Sandra Papaiz voltará à produção.....	35

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Consumidor deve pagar subsídio de R\$ 16,4 bi na conta de luz

Aneel prevê que despesa leve a um aumento médio de 2,15% na tarifa em 2018

Os consumidores de energia poderão pagar R\$ 16,431 bilhões nas contas de luz em 2018 para cobrir os custos com subsídios e programas sociais garantidos pelo governo no setor elétrico. A estimativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é que isso leve a uma alta média de 2,15% nas tarifas em 2018. A proposta de orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), principal fundo do setor, foi apresentada ontem pela agência. O número representa uma alta de 26% em relação ao valor estimado para 2017, de R\$ 13,038 bilhões.

A CDE é paga por todos os consumidores de energia elétrica por meio das tarifas. O dinheiro do fundo é usado em ações como subsídio à tarifa para famílias de baixa renda, compra de combustível para gerar energia em regiões isoladas do país e o programa Luz Para Todos. Na proposta apresentada pela Aneel, os gastos totais da CDE vão atingir R\$ 17,994 bilhões. A parte desse montante que não será coberta pelas tarifas será paga com o valor cobrado por multas aplicadas pela agência e outros encargos pagos por geradores. A proposta da Aneel ainda passará por consulta pública por 30 dias e será votada novamente pela diretoria.

SOCORRO ÀS DISTRIBUIDORAS

A Aneel aprovou ontem um novo socorro às distribuidoras de energia elétrica. Uma semana após aumentar os valores dos patamares das bandeiras tarifárias

(taxa extra da conta de luz), a agência decidiu liberar R\$ 1,124 bilhão disponíveis no fundo setorial Conta de Energia de Reserva (Coner). O valor será usado para diminuir o rombo das empresas, que poderia chegar a R\$ 6 bilhões até o fim do ano, segundo cálculos da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), se nenhuma medida fosse tomada. O déficit é provocado pelos custos extras decorrentes da crise hídrica. Com o volume dos reservatórios das hidrelétricas nos piores níveis da História, é preciso acionar mais usinas termelétricas para garantir o abastecimento. O problema é que, além de mais poluentes, essas usinas são mais caras.

Por isso, há um descompasso entre o valor que entra na conta das distribuidoras via tarifa e os custos extras decorrentes do uso das termelétricas. O governo vem buscando alternativas para ajudar no caixa das empresas. A primeira medida colocada em prática foi o aumento do valor cobrado na conta de luz quando a bandeira vermelha 2 está em vigor, de R\$ 3,50 para R\$ 5,00 a cada cem kilowatts-hora consumidos. Agora, a Aneel liberou o uso do fundo setorial Coner, encargo criado para remunerar projetos contratados em alguns leilões de energia. Essa medida não tem impacto nas tarifas, porque a conta já foi paga. A medida foi aprovada em caráter “cautelar” e será válida imediatamente, após os diretores da agência terem avaliado que mesmo o uso desses recursos pode não cobrir os custos extras enfrentados pelas distribuidoras. O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse que a medida da agência é “criativa”, mas pode não resolver o déficit das distribuidoras: — A Aneel adotou uma solução criativa, mas não sei se resolve o tamanho do problema.

A verdade é que o país está produzindo energia a um custo muito alto. A diretoria do órgão negou, no entanto, um pedido das empresas para que fosse adiada a próxima data em que as distribuidoras precisam pagar pela energia das termelétricas. As companhias queriam mais tempo para arrecadar recursos nas contas de luz antes do acerto. Por outro lado, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, não descartou avaliar em separado esse pleito das distribuidoras por mais tempo para os pagamentos em uma segunda oportunidade. Rufino avaliou a situação das distribuidoras como “excepcional” e “absolutamente crítica” e disse que as áreas técnicas da agência seguirão avaliando meios de solucionar o desequilíbrio financeiro das empresas do segmento.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e Geralda Doca

Título: Pequenas usinas veem espaço para ampliar oferta

Centrais hidrelétricas de menor porte respondem por 3,5% da capacidade instalada no país.

Em um momento de baixas históricas nos volumes dos grandes reservatórios de água, associações do setor elétrico defenderam ontem a ampliação de pequenas hidrelétricas como alternativa para garantir o suprimento de energia. Chamadas de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), essas usinas têm tamanho e potência relativamente reduzidos e são instaladas próximas aos centros consumidores. — Se o país não tem energia competitiva, a economia não progride. A gente tem que parar de pensar só em grandes. Não vamos aumentar a eficiência na nossa economia se não privilegiamos os microempreendedores — disse o diretor-executivo da Associação Brasileira de PCHs e Centrais Geradoras Hidrelétricas (Abrapch), Paulo Arbex, durante 3º Seminário Nacional Energias Renováveis e o Futuro das PCHs. As PCHs são hoje responsáveis por cerca de 3,5% de toda a capacidade instalada de geração de energia do sistema interligado nacional.

As associações defendem esse modelo e alegam que os riscos ambientais e os custos proporcionais das pequenas são menores que os das grandes hidrelétricas. Isso porque as pequenas usinas ficam próximas ao mercado consumidor e os reservatórios são menores. Pressionado para que o governo ajude as PCHs, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse que a União não pode mais recorrer às práticas do passado, com subsídios. — Nós temos um governo que está quebrado. É preciso buscar alternativas. As pequenas podem ser beneficiadas nesse cenário. Mas não adianta insistir nessa política do passado de subsídios.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Petrobras e BP dão primeiro passo para formar aliança estratégica

Presidente da estatal diz que empresa tem interesse em parceria na área de gás.

A Petrobras anunciou ontem que assinou uma carta de intenção com a petroleira BP com o objetivo de formar uma aliança estratégica. A intenção da estatal, revelou Pedro Parente, presidente da companhia, é ampliar sua quantidade de ativos na área de gás, com a aquisição de campos. Além disso, o executivo lembrou ainda que pretende fechar parceria com a companhia na área de comercialização de petróleo e derivados. A Petrobras tem fechado uma série de parcerias com grandes petroleiras. Já existem iniciativas com companhias como a chinesa CNPC, a francesa Total e a anglo-holandesa Shell. A Petrobras vem fomentando alianças de olho na perspectiva de aumento do

consumo de petróleo e derivados. Nos cálculos da companhia, o ápice da demanda deve ocorrer entre 2020 e 2030. Ao participar de almoço na Associação Comercial do Rio de Janeiro, ontem, Parente explicou que o acordo com a BP poderia envolver a troca de ativos.

— Um dos objetivos desse acordo foi alcançado com o leilão do pré-sal, com a conquista de duas áreas em parceria com a BP (Alto de Cabo Frio Central e Peroba). Mas há também um interesse no que diz respeito ao gás. Ao fazer parceria com uma empresa que tem campos com muita quantidade de gás, se ela estiver disposta a ceder parte desse campo num processo de troca, a gente aumenta a participação. É um modelo que envolve a troca de ativos. E também numa eventual parceria na área de comercialização, com a compra e venda de derivados e petróleo bruto. Eles têm uma experiência grande — disse. No evento, Parente destacou a importância da busca de alianças estratégicas e da venda de ativos, cuja meta é chegar a US\$ 21 bilhões até 2018.

CONVERSA COM CHINESES

Com a exploração de petróleo feita em conjunto com parceiros, Parente explica que a estatal fica com 51% do que é produzido. Os parceiros ficam com 26% e outras empresas ficam com 23%. — Queremos levar essa diversificação em exploração para o refino. Nossa dívida bruta é de cerca de US\$ 90 bilhões e pagamos de juros um adicional de US\$ 7 bilhões em relação a nossos concorrentes globais. Esse valor de US\$ 7 bilhões é quanto custa o investimento de um campo de petróleo. Perguntado sobre o Comperj, em Itaboraí, no Rio, Parente destacou que as obras da unidade de processamento de gás natural vão começar em breve. Ele voltou a falar que está discutindo com sócios para fazer uma associação para concluir a unidade de refino. — Se for possível, seria interessante concluir a parte de refino do Comperj.

A discussão que estamos fazendo é com os chineses da CNPC. A conversa envolve algo mais amplo como um Revamp (renovação) do refino no Rio. Em relação à Braskem, Parente disse que mantém conversas com a Odebrecht para mudar o acordo de acionistas da gigante da petroquímica, com o objetivo de se desfazer de sua fatia na empresa. Ele, porém, afirmou que ainda não tem informação sobre um eventual interesse da holandesa LyondellBasell: — No nosso planejamento, queremos sair da área de petroquímica. E estamos dispostos a vender nossa participação na Braskem. E, para isso, estamos trabalhando com a Odebrecht na mudança do acordo de acionistas. Isso caminha bem, mas não está concluído. E quando estiver concluído, podemos conversar. Segundo fontes, uma eventual oferta pela Braskem será feita à Odebrecht, que repassará à Petrobras, que terá 60 dias para analisar a oferta

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Miguel Caballero****Título: Justiça Federal veta nomeação de presidente de estatal nuclear**

Indicação política, presidente da Nuclep tomaria posse hoje.

A Justiça Federal determinou ontem a anulação da nomeação do novo presidente da Nuclep, Siciliano Francisco, que tomaria posse hoje. Vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a Nuclep, sediada em Itaguaí, no Rio, tem importância estratégica por estar participando da construção do primeiro submarino nuclear brasileiro. Indicação política do deputado federal Alexandre Valle (PR-RJ), a nomeação de Siciliano era contestada pelo Ministério Público e por funcionários da Nuclep por ferir a Lei das Estatais.

Como O GLOBO mostrou ontem, a reunião do Conselho de Administração da Nuclep que nomeou Siciliano como presidente, no último dia 16, era contestada por dois fatores: havia um parecer da comissão de elegibilidade da estatal afirmando que ele não possuía “reputação ilibada” para assumir o cargo, como determina a Lei das Estatais — Siciliano possui mais de 30 condenações na Justiça, quase todas por questões trabalhistas.

CONFLITO TAMBÉM NA CNEN

Além disso, um dos integrantes do Conselho da Nuclep, Paulo Roberto Pertusi, também foi nomeado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia como presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), justamente o órgão regulador da área nuclear. Essa duplicidade de funções, pelo consequente conflito de interesses, é vedada pela Lei das Estatais, conforme afirmou o juiz Adriano de Oliveira França, da 15ª Vara Federal do Rio, ao determinar a nulidade da reunião do Conselho da Nuclep da qual Pertusi participou.

Ao deferir a liminar, o juiz suspendeu a nomeação do novo presidente da Nuclep e determinou que Pertusi não participe do Conselho da estatal. Na decisão, o juiz escreve ainda que “resta patente a necessidade de eleições em conformidade com os novos requisitos e vedações”. Ao juiz, Siciliano Francisco afirmou que a contestação à sua nomeação era motivada por fatores políticos, alegação rechaçada pelo juiz. O Ministério de Ciência e Tecnologia, do ministro Gilberto Kassab (PSD), não comentou a decisão da Justiça Federal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Eletrobrás pode ficar 'atraente' sem Angra**

PRIVATIZAÇÃO

A privatização da Eletrobrás poderá oferecer uma solução para a Usina Nuclear Angra 3, cujas obras estão paradas desde que foram envolvidas na Operação Lava Jato. A avaliação foi feita ontem pelo secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa. As atividades nucleares são monopólio da União, portanto, as usinas de Angra ficam de fora da privatização. Hoje, segundo Pedrosa, Angra 3 é um "peso" para a Eletrobrás e retirar as atividades nucleares da empresa pode atrair investidores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Conta de luz subirá 2,15% em 2018 para bancar subsídios**

Os consumidores de energia terão de pagar R\$ 16,4 bilhões para custear subsídios e programas sociais do governo embutidos na conta de luz em 2018, mais que os R\$ 13 bilhões deste ano. Esse aumento deve ter um impacto médio de 2,15% nas tarifas no ano que vem. O cálculo foi feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que apresentou a proposta de orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que é bancado por encargo que onera as tarifas.

Os subsídios na conta de luz beneficiam diversos grupos de interesse. Na prática, o consumidor residencial paga um valor a mais para permitir que outros clientes possam ter descontos. Todos os grupos têm seus benefícios assegurados por lei. Ao todo, os gastos da CDE vão atingir R\$ 18 bilhões em 2018, um aumento de 13% em relação aos R\$ 16 bilhões do ano passado.

Fundo setorial.

Desse total, R\$ 16,4 bilhões serão pagos por meio das tarifas, e R\$ 1,6 bilhão será custeado com recursos próprios do fundo setorial, que tem como renda taxa de uso do bem público (UBP), paga pelos donos de hidrelétricas pelo uso da água, multas e amortização de empréstimos realizados no passado.

Se essa proposta for aprovada, o impacto médio nas tarifas será de 2,15%, mas há uma diferença na cobrança por regiões. Para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o impacto será de 2,66%, e para Norte e Nordeste, de 0,92%. A proposta da Aneel ficará aberta em audiência pública entre os dias 1.º e 30 de novembro.

No Orçamento de 2018, o maior gasto será com a rubrica "descontos tarifários na distribuição", que terá R\$ 7 bilhões. Entre os beneficiados estão empresas que fornecem serviços públicos de água, esgoto e saneamento, irrigantes, aquacultores e agricultores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Os leilões bem-sucedidos do pré-sal

Por muitas razões devem ser considerados bem-sucedidos os leilões da 2.a e da 3.a Rodadas de Partilha de Produção do pré-sal realizados há alguns dias no Rio de Janeiro. Houve forte procura, participação relevante de grandes petroleiras globais, compensações elevadas à União como titular do petróleo que será extraído e o compromisso das empresas vencedoras de fazer enormes investimentos futuros. Foi, ainda, o primeiro certame realizado com base na Lei n.º 13.365/2016, que liberou a Petrobrás de bancar no mínimo 30% da exploração do pré-sal, o que nem sempre a favorecia economicamente.

Embora o governo esperasse arrecadar R\$ 7,75 bilhões, o pagamento de R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura foi visto, com razão, como claro sinal do sucesso dos leilões. Além disso, as áreas que não despertaram interesse continuam em poder da União e poderão ser licitadas novamente, em outra oportunidade. "O Brasil está de volta ao cenário do mercado de petróleo mundial", disse o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone.

Das 16 empresas que se inscreveram para os leilões, a maioria multinacionais, 11 levaram fatias das áreas ofertadas. O maior bônus de assinatura foi pago pelo bloco Norte de Caracará pela Statoil, ExxonMobil e Petrogal, mas a grande vencedora foi a Shell, que ampliou seu peso na exploração do pré-sal com participações de 30% no Entorno de Sapinhoá, 55% no Alto de Cabo Frio Oeste e 80% no Sul de Gato do Mato. Dos 8 blocos ofertados, 6 tiveram lances.

A Petrobrás também teve participação relevante, podendo escolher, sem as regras rígidas a que estava submetida pela legislação anterior, as parcerias e áreas que a interessavam. Atuou apesar das limitações de investimento

decorrentes da crise enfrentada pela empresa, notou seu presidente, Pedro Parente.

Nos próximos 30 anos, segundo a ANP, R\$ 100 bilhões serão investidos por causa dos leilões e R\$ 45 bilhões serão pagos em royalties. Com a União recebendo excedentes superiores ao mínimo previsto, os recursos que virão do petróleo terão "impacto brutal" na arrecadação, previu Oddone.

Realizados sob o novo marco legal, os leilões ajudarão o País a recuperar o atraso a que foi submetido no setor pelos governos petistas. A pior consequência foi adiar a exploração e extração das áreas do pré-sal, deixando de produzir óleo a preços bem mais altos que os atuais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Notas

» Salva-vidas.

O Estado do Rio Grande do Sul estará em peso em Brasília nesta quarta-feira, na tentativa de manter investimentos de R\$ 3,3 bilhões no projeto da Termoelétrica de Rio Grande, de 1.280 MW de potência. O governador Ivo Sartori e a bancada federal gaúcha, além de representantes dos trabalhadores e dos empresários do Estado, tentarão convencer o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, a recuar da decisão do colegiado da autarquia de revogar a autorização concedida para a construção do empreendimento.

» Linha-dura.

A usina, movida a gás natural importado, foi contratada em leilão feito em 2014 e deveria entrar em operação em 2019, mas sua controladora, a Bolognesi, teve dificuldades para executar as obras. A empresa conseguiu um novo prazo, até 2021. Em agosto passado, porém, pediu mais prazo e informou que tinha iniciado negociações com o grupo mericano New Fortress Energy, transação anunciada em setembro. Dias depois, porém, a Aneel revogou a autorização da usina. A Bolognesi recorreu e a Aneel deve julgar o recurso neste mês.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues****Título: Exportação de minério pode ser taxada**

Proposta foi incluída em relatório do projeto que regulamenta repasses da Lei Kandir para compensar perdas de Estados com isenção de ICMS.

As exportações de minério brasileiras poderão ser taxadas em 30% para compensar as perdas dos Estados com a isenção de ICMS sobre vendas ao exterior. A proposta foi incluída no relatório do projeto que regulamenta os repasses da chamada Lei Kandir, apresentado nesta terça-feira pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT) na comissão mista criada para discutir o tema. O relatório deverá ser votado na próxima semana.

A Lei Kandir, de 1996, isentou do pagamento de ICMS produtos e serviços ligados à exportação e previu que os Estados seriam recompensados. Os valores repassados, porém, nunca foram regulamentados e são alvo de disputa entre Estados e União. No fim do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu prazo de um ano para que o Congresso Nacional regulamentasse os pagamentos e o Legislativo corre agora para tentar aprovar um projeto até o início de dezembro.

A proposta do senador Fagundes estabelece o repasse anual de R\$ 9 bilhões aos Estados exportadores, corrigidos anualmente pela inflação medida pelo IPCA. O valor estaria acima do que vem sendo repassado pela Lei Kandir e pelo fundo de apoio à exportação (FEX), previsto na lei.

Neste ano, os dois valores têm orçamento de R\$ 3,8 bilhões, mas o pagamento do FEX é muitas vezes bloqueado pelo governo federal, que chegou a não repassar nenhum valor do fundo em anos anteriores. "Hoje temos total instabilidade, o governo paga se quiser e quando quiser", afirmou Fagundes.

Emenda.

Como o projeto dificilmente será aprovado antes da votação do Orçamento de 2018, o senador apresentou uma emenda prevendo R\$ 5 bilhões para o FEX no próximo ano, que seriam somados a R\$ 1,9 bilhão previstos para a Lei Kandir. A emenda ainda não foi apreciada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Com o Orçamento da União próximo ao teto dos gastos, o senador teve que incluir uma previsão de receita para o pagamento dos recursos, que deverá ser

principalmente o aumento da alíquota do Imposto de Exportação sobre minérios.

O relatório de Fagundes não prevê uma solução para o alegado passivo dos Estados em relação a esses repasses. Os Estados afirmam que o governo só pagou 17,8% do devido entre 1992 e 2016, e que haveria um passivo de R\$ 548,78 bilhões. O governo federal diz que esse pagamento não é obrigatório.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobrás pode ficar 'atraente' sem Angra

A privatização da Eletrobrás poderá oferecer uma solução para a Usina Nuclear Angra 3, cujas obras estão paradas desde que foram envolvidas na Operação Lava Jato. A avaliação foi feita na terça-feira, 31, pelo secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa. As atividades nucleares são monopólio da União, portanto, as usinas de Angra ficam de fora da privatização. Hoje, segundo Pedrosa, Angra 3 é um "peso" para a Eletrobrás e retirar as atividades nucleares da empresa pode atrair investidores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Fernanda Guimarães

Título: CSN diz que avalia vender ativos em 2018

A CSN, do empresário Benjamin Steinbruch, informou ontem que voltou a ter conversas com potenciais interessados pelos negócios não estratégicos do grupo, como parte do programa desinvestimentos da companhia.

Segundo Steinbruch, presidente da siderúrgica, a empresa vai esperar o momento certo para realizar as vendas de ativos, o que deve ocorrer em 2018.

A companhia chegou a receber propostas concretas por alguns de seus ativos, como o terminal Sepetiba Tecon, mas as negociações não atingiram "o valor justo" na percepção do empresário.

As ações da Usiminas detidas pela CSN também estão no pacote que poderá ser negociado (cerca 14% do capital total). O grupo precisa vender esses papéis até 2019, por decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). As ações da Usiminas acumulam valorização de 115% este ano. No entanto,

Steinbruch destacou que o valor atual está aquém do observado em 2011, quando a CSN foi a mercado comprar os papéis.

Dívida. Steinbruch disse que o grupo vai chegar ao fim do ano sem atingir a meta de redução de sua dívida. Ele destacou, contudo, que os débitos da empresa, mesmo em um cenário adverso, não cresceram. A dívida líquida da CSN no fim de setembro era de R\$ 25,7 bilhões, estável sobre o mesmo período de 2016.

Na segunda-feira, a CSN divulgou seus balanços auditados em relação ao exercício de 2016, mas ainda precisa informar os documentos auditados referentes a este ano. A empresa tem a intenção de emitir dívidas no mercado em 2018 e começar a renegociar o alongamento de seus débitos de curto prazo com bancos. /

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: ANAÏS FERNANDES DE SÃO PAULO

Título: Dólar sobe 3,3% em outubro e real tem pior mês desde eleição de Trump

A queda do dólar comercial nesta terça-feira (31) não impediu a divisa de encerrar outubro na maior alta mensal ante o real em quase um ano.

A moeda norte-americana subiu 3,3%, maior valorização para um mês desde novembro de 2016, quando o dólar saltou 6,2% após a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos.

Na última sessão de outubro, o dólar comercial recuou 0,3%, para R\$ 3,273. O dólar à vista fechou em leve alta, de 0,17%, a R\$ 3,279.

Desde meados de julho, o dólar rondava patamares de R\$ 3,15 e R\$ 3,20, com o mercado mais otimista sobre as reformas do governo, que acabara de aprovar a trabalhista.

O final de outubro, no entanto, foi marcado pela votação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, barrada na Câmara em placar apertado. O peemedebista obteve 251 votos para impedir o andamento das investigações, 12 a menos do que na primeira denúncia, em agosto.

"O mercado avaliou que, com esse placar, o governo poderia não conseguir dar prosseguimento às reformas, principalmente a da Previdência, e dificilmente os

políticos mexeriam nesse vespeiro em 2018, ano de eleição", afirmou Reginaldo Galhardo, gerente de câmbio da Treviso Corretora.

No cenário exterior, todos os olhos se voltaram em outubro para o futuro presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), que deve ser anunciado por Trump até sexta-feira (3).

Jornais e agências internacionais afirmam que Trump deve indicar o diretor do Fed Jerome Powell para o lugar de Janet Yellen, cujo mandato acaba em fevereiro.

Powell tem perfil menos conservador do que o economista da Universidade de Stanford John Taylor, que também faz parte da lista de candidatos de Trump e alimentou temores de que o Fed poderia elevar os juros mais do que o esperado.

Taxas mais elevadas nos EUA tendem a atrair para a maior economia do mundo recursos aplicados hoje em outros países, como o Brasil.

Nesta quarta-feira (1º), haverá reunião do Fed e a expectativa é que os juros serão mantidos, mas o mercado buscará pistas sobre o encontro de dezembro.

BOLSA

Outubro foi marcado ainda por novo recorde na Bolsa brasileira. O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas, atingiu 79.989,79 pontos no dia 13, puxado pelos papéis da Vale.

Naquele dia, os papéis ordinários da mineradora subiram 5,82%, e os preferenciais, 6,22%, seguindo alta de 4,06% dos preços do minério de ferro na China.

Nesta terça (31), o índice fechou em leve alta, de 0,65%, a 74.308,49 pontos, com variação positiva de 0,02% no mês. "Essa deve ser a cara dos próximos meses, enquanto houver indecisão de política interna no Brasil e expectativas sobre os Estados Unidos. O mercado já começa a andar na esteira das eleições do próximo ano", diz Fabrício Stagliano, analista chefe da corretora Walpires.

No ano, o Ibovespa acumula alta de 23,4%.

No último pregão de outubro, das 59 ações do Ibovespa, 37 caíram, 20 subiram e duas permaneceram estáveis.

A maior alta (+9,44%) foi das ações ordinárias de Cielo, que anunciou na segunda (30) números do terceiro trimestre melhores do que os esperados pelos analistas. O lucro líquido da companhia subiu 0,8% no período, para R\$ 1,017 bilhão.

As quedas foram lideradas pela Eletrobras, que viu suas ações recuarem 3,61%. Paulo Pedrosa, secretário-executivo do **Ministério de Minas e Energia**, afirmou nesta terça que o governo federal prevê no Orçamento de 2018 uma arrecadação de R\$ 12 bilhões de reais com a privatização da Eletrobras.

Em seguida aparece o Itaú Unibanco. As ações preferenciais da instituição recuaram 3,32%. O banco divulgou na segunda à noite seu balanço do terceiro trimestre, com lucro recorrente de R\$ 6,25 bilhões, alta de 11,8% por cento sobre um ano antes.

A margem financeira total, que mede o ganho do banco nas operações de empréstimos e já desconta a provisão para calote, no entanto, caiu 7% no trimestre na comparação com 2016, para R\$ 16,8 bilhões.

Ainda no setor financeiro, os papéis preferenciais do Bradesco recuaram 1,34%. As ações ordinárias do banco tiveram queda de 1,14%. As ações do Banco do Brasil se desvalorizaram 2,19%. As units (conjunto de ações) do Santander Brasil fecharam com queda de 3,02%.

Os papéis preferenciais da Petrobras recuaram 0,06%, e os ordinários subiram 0,4%, em dia de ganhos para os preços do petróleo no mercado internacional. As ações preferenciais da Vale recuaram 0,53%, e as ordinárias caíram 0,77%, acompanhando os contratos futuros do minério de ferro na China, que acumularam queda de 5,8% no mês.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Luz mais cara pode aumentar importados, diz setor químico

O encarecimento nas contas de luz pela Aneel (agência reguladora) devido ao nível baixo dos reservatórios deverá afetar a indústria química em 2018, segundo a Abiquim (associação do setor).

A partir desta quarta (1º), serão cobrados R\$ 5,00 adicionais para cada 100 kWh consumidos. Até outubro, quando também vigorava a chamada bandeira vermelha nível dois, eram R\$ 3,50.

Alguns segmentos eletrointensivos, como o de cloro e de gases industriais, poderão ter uma alta no número de importações já no primeiro semestre, afirma Fátima Ferreira, diretora da entidade.

"Nessas áreas, a energia representa 60% a 70% do custo. Qualquer oscilação diminui a competitividade."

Cerca de 40% da demanda do setor químico no Brasil atualmente é atendida por estrangeiros, diz ela.

A manutenção prolongada da bandeira vermelha dois deverá aumentar a fatia de importados -a Abiquim trabalha com uma previsão que aponta melhora nos reservatórios após março.

Outros setores, como o têxtil, o calçadista e o de alumínio, descartam um impacto significativo por causa da tarifa de luz mais cara.

"As indústrias de alumínio primário negociam diretamente com as geradoras. Pode ocorrer um impacto reduzido nas empresas menores, ligadas à rede", diz Milton Rego, da Abal (do setor).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras discute aliança estratégica com britânica BP

A Petrobras informou nesta terça-feira (31) que iniciou negociações para formar aliança estratégica com a petroleira britânica BP.

As duas empresas atuaram em consórcio no último leilão do pré-sal, realizado na sexta (27), levando juntas dois blocos.

Na disputa do bloco Alto de Cabo Frio Central, formaram um consórcio com 50% de participação cada companhia.

Para Peroba, a área mais disputada do leilão, cada uma ficou com 40% - os outros 20% ficaram com a chinesa CNODC.

De acordo com a estatal, a carta de intenções assinada nesta terça prevê estudos para parcerias em exploração e produção, refino, transporte e comercialização de gás, venda de petróleo e combustíveis e geração de energia, entre outros.

"As parcerias estratégicas têm como benefícios potenciais o compartilhamento de riscos, o aumento da capacidade de investimentos na cadeia de óleo e gás, o intercâmbio tecnológico e o fortalecimento da governança corporativa", disse a Petrobras, nota.

A companhia já assinou parcerias do tipo com a francesa Total, que incluiu a transferência de participações em áreas do pré-sal e térmicas, e com a chinesa CNPC, uma das controladoras da CNOOC, que estuda investimento no Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Subsídios cobrados na conta de luz subirão para R\$ 16,4 bilhões em 2018

Os subsídios cobrados na conta de luz vão subir para R\$ 16,431 bilhões em 2018, alta de 26% com relação ao valor estimado para 2017, de R\$ 13,038 bilhões.

O aumento vai representar um impacto médio de 2,15% na fatura paga pelos consumidores.

Os valores foram apresentados nesta terça (31) pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e serão submetidos a audiência pública antes de sua aprovação.

Referem-se à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que concentra os subsídios concedidos a uma série de segmentos do setor.

O impacto nas tarifas varia de acordo com a região. Os consumidores do sistema Sudeste/Centro Oeste terão um impacto médio de 2,66%. Já no Norte e o Nordeste, o número é menor: 0,92%.

O aumento da CDE soma-se a preocupações sobre impacto nas tarifas da alta de preços provocada pela estiagem.

Nesta terça, o secretário executivo do **MME (Ministério de Minas e Energia)**, Paulo Pedrosa, disse que o governo estuda manter térmicas em operação durante o período chuvoso para preservar os reservatórios das hidrelétricas, o que pode também pressionar as tarifas em 2018.

Segundo as projeções da Aneel, a CDE vai consumir R\$ 17,994 bilhões em 2018, alta de 13% com relação aos R\$ 15,989 bilhões de 2017. Parte deste total, porém,

é arrecadado por outras fontes, como a taxa de uso dos bens públicos cobrada das hidrelétricas e multas.

Os recursos são destinados a diversos beneficiários. Empresas de água e esgoto, irrigantes e agricultores, por exemplo, receberão R\$ 6,987 bilhões por meio da rubrica "descontos tarifários na distribuição".

Há também subsídios para a compra de combustível para térmicas em regiões isoladas do país, por meio da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) que devem ficar em R\$ 5,894 bilhões em 2018.

Já o programa Luz para Todos, de universalização no fornecimento de energia, deve consumir R\$ 1,172 bilhão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Antonio Delfim netto

Título: Contra a China não tenho nada, apenas inveja

O conhecimento de como funciona o sistema econômico tem por objetivo tornar mais eficiente o trabalho do cidadão para atender às suas necessidades materiais e deixar-lhe, assim, mais tempo para explorar suas potencialidades.

Desde Adam Smith, no século 18, sabe-se que: 1º) o homem realiza qualquer comportamento desde que o seu próprio interesse seja suficientemente estimulado; 2º) é possível imaginar instituições que façam as ações geradas por seu interesse atender também o interesse da sociedade, por meio do uso dos "mercados" 3º) quando os "mercados" não atendem a esse objetivo é possível que a ação do Estado, por meio de regulação adequada (tributos ou subsídios), possa fazê-lo.

Num mundo em que nenhum agente tem poder econômico para influir nos mercados e todos têm a mesma informação, é possível (com mais algumas hipóteses) demonstrar que, com a coordenação entre os desejos dos indivíduos e a disponibilidade de recursos por meio de mercado competitivos, chega-se a um ponto de "equilíbrio" no qual nenhum indivíduo pode "melhorar" sua situação sem piorar a de "outro".

Quando o mundo é dividido em nações, a liberdade de comércio produzirá, a longo prazo, o mesmo efeito. Infelizmente as condições da economia real estão longe de satisfazer àquelas hipóteses e o "longo prazo" pode ser longo demais...

O problema é que o mundo é habitado por nações que têm seus próprios objetivos e incorporam poder político. Seus agentes têm poder econômico e informações muito diferentes e os usam em seu benefício. É por isso que o exercício da política econômica exige uma combinação adequada da boa teoria (inclusive suas limitações), da circunstância histórica e da evidência empírica.

Isso deve se aplicar, por exemplo, quando se avalia o papel das políticas antidumping em relação aos laminados planos a quente da China. Trata-se de uma "commodity", com preços determinados em mercados livres, de forma que o comportamento de dumping é empiricamente detectável.

O excedente da capacidade mundial de produção siderúrgica é de quase 45%, dos quais o da China é mais do que a metade! Não é por outra razão que todos os países produtores de aço movem ação antidumping contra ela. Ontem eram 176. Como mostra a nota técnica Decom 18/2017, o nível de dumping da bobina quente exportada pela China é da ordem de 35%!

Não é possível que o Brasil —quer por preconceito "científico", quer por temor à costumeira retaliação imperial chinesa— aceite destruir um setor fundamental à autonomia nacional. Contra a China não tenho nada, apenas inveja!

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Deputados aprovam fim do horário de verão no DF

A adoção do horário de verão continua a provocar polêmica no país. Ontem, foi a vez de o debate, muito comum nas redes sociais, chegar à Câmara dos Deputados. A Comissão de Minas e Energia da Câmara aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 557/2016, do deputado Waldir Soares Oliveira (PR-GO), que susta, em relação ao estado de Goiás, os efeitos do Decreto nº 6.558, de 8 de setembro de 2008, que institui a hora de verão em parte do território nacional. Como as cidades do Entorno do Distrito Federal ficam em Goiás, o deputado Carlos Andrade (PHS/RR), relator do projeto, incluiu Brasília na proposta aprovada na comissão.

O deputado Augusto Carvalho (SD/DF), vice-presidente da Comissão de Minas de Energia e autor de voto em separado contrário ao PDL, lamentou o resultado. “Estava presente no horário marcado e não havia quórum. Depois que saí para um compromisso em outra comissão, houve quórum e o projeto foi votado muito rapidamente, sem debate”, criticou. Carvalho destacou que seu

voto contrário nem sequer foi mencionado. “Entendo que tenham incluído o Distrito Federal para viabilizar a situação dos trabalhadores de Brasília que moram em cidades de Goiás. Mas como é possível a capital federal ficar de fora do horário oficial do país”, indagou?

Autor do PDL, o deputado Waldir Soares de Oliveira explicou que a proposta, de 2016, era para ter sido apreciada antes, de forma que o atual horário de verão nem tivesse sido implementado. “O projeto não foi nem pensando na economia que não acontece, mas na segurança de mulheres e crianças que acordam mais cedo, na região metropolitana de Goiânia e no Entorno de Brasília”, destacou. Segundo ele, com o relógio adiantado em uma hora, ainda é noite e existe maior risco de serem vítimas de assalto e estupro, porque não há policiamento nesse horário.

“Nossa pretensão é fazer com que as pessoas saiam num horário devido, para que não aconteça o que tem acontecido. Houve aumento de violência nesses horários. É um clamor do pessoal que mora na periferia”, acrescentou. Oliveira disse que vai pedir prioridade para que o projeto seja apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para ir a plenário o quanto antes. “Não sei se dá tempo de ter efeito este ano ainda, vou tentar”, completou.

A informação do **Ministério de Minas e Energia** é de que a decisão sobre horário de verão é do governo federal por meio de um decreto presidencial, portanto um PDL não teria força para sustar a sua adoção. Além disso, o **secretário de Energia do MME, Paulo Pedrosa**, já chegou a afirmar que adiantar ou não uma hora nos relógios entre outubro e fevereiro tem um efeito quase nulo para economia de energia. Por isso mesmo o governo chegou a cogitar não fazer a mudança este ano, mas deixou a decisão para 2018, após realizar uma consulta popular sobre o assunto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Reforma na Eletrobras

A Eletrobras começou a se preparar para a privatização. Ontem, em edital de convocação para uma assembleia extraordinária assinado pelo presidente do Conselho de Administração, José Guimarães Monforte, a companhia propôs uma reforma integral do estatuto social. Entre as modificações sugeridas estão melhores práticas de gestão e de governança corporativa e compromisso com regras internacionais anticorrupção.

Na opinião de Ricardo Medina, advogado da área de infraestrutura do L.O. Baptista Advogados, o teor do edital pretende preparar a empresa para a privatização. “Há elementos e regras que visam atender às exigências da SEC (Securities and Exchange Commission, órgão equivalente à Comissão de Valores Mobiliários)”, destacou. “Estão mirando os critérios exigidos lá fora para fazer investimentos aqui. Isso vai em linha com a proposta do governo de pulverização das ações da Eletrobras”, comentou.

Para o presidente do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE), Victor Kodja, a empresa está buscando se adequar a práticas de mercado mais modernas em termos de governança e gestão. “Há vários itens com referência a exigências de compliance, como se adequar ao FCPA (Foreign Corrupt Practices Acts, uma lei anticorrupção dos EUA). Sem dúvida, está focando investidores estrangeiros”, analisou.

O presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Vivan, considerou o edital uma atualização do estatuto. “Não me parece ter relação com a intenção de privatização, até porque o estatuto poderia ser alterado posteriormente à eventual privatização. De qualquer forma, ter um estatuto social atualizado e conforme as práticas modernas contribui para a atratividade da empresa. Não só para uma eventual privatização, mas também para a negociação das ações em bolsa de valores”, afirmou. **(SK)**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Tarifa pode subir 2,15%

Os consumidores de energia terão de pagar R\$ 16,43 bilhões para custear gastos com subsídios e programas sociais do governo embutidos na conta de luz no ano que vem. Neste ano, essas despesas tiveram impacto de R\$ 13,038 bilhões. Esse aumento deve ter um impacto médio de 2,15% nas tarifas em 2018. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o impacto será de 2,66%, e no Norte e Nordeste, de 0,92%.

O cálculo foi apresentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ontem, ao divulgar a proposta de orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que é bancado por um encargo que onera as tarifas. Na prática, o consumidor residencial paga um valor adicional para garantir descontos tarifários.

Segundo a Aneel, os gastos da CDE vão atingir R\$ 17,994 bilhões em 2018, um

aumento de 13% em relação aos R\$ 15,989 bilhões deste ano. Os principais beneficiados com descontos são empresas públicas de água, esgoto e saneamento, irrigantes, aquicultores, agricultores. Parte da CDE também subsidia os consumidores de baixa renda e o Programa Luz para Todos. A proposta da Aneel ficará aberta em audiência pública até 30 de novembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Distribuidora de MT poderá fornecer gás para térmica de Cuiabá

O governo avalia uma solução inusitada para viabilizar o acionamento da termelétrica de Cuiabá (MT), cuja geração está paralisada há meses devido à um impasse entre a controladora, Âmbor Energia, da holding J&F, e a Petrobras. **O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Pedrosa,** sugeriu ontem que a estatal petroleira forneça o gás natural para um terceiro agente, que ficaria responsável pela venda de combustível para a térmica.

Uma empresa que desponta como candidata à ser a "terceira via" do acordo é a MT Gás, distribuidora de gás estatal do Mato Grosso. Ao **Valor**, o presidente da empresa, Emmanuel Figueiredo, contou que teve uma reunião na semana passada com Jorge Celestino, diretor de refino e gás natural da estatal para tentar viabilizar o negócio. "A Petrobras nos pediu um prazo", afirmou, lembrando que o contrato seria importante para o fortalecimento da economia do Estado.

"Existe um problema jurídico e contratual muito sério entre a Petrobras e a termelétrica", disse Figueiredo. "Não é razoável deixar uma termelétrica eficaz como essa parada. Estamos falando de pragmatismo e racionalidade."

A usina, que esteve no centro da denúncia feita pelos irmãos Batista contra o presidente Michel Temer, está desde junho sem contrato de compra de gás natural pela Petrobras, que exerce seu direito de se recusar a fornecer o combustível à companhia por problemas comerciais e jurídicos.

Pedrosa disse que o governo espera que haja uma solução para o acionamento da termelétrica dentro de duas semanas. "Existe um conflito localizado na usina de Cuiabá. Há uma dificuldade natural no relacionamento, mas acho que tanto a Petrobras quanto a térmica têm a compreensão de que a usina é importante, porque há uma questão do interesse do país."

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) tem repetido em suas reuniões recentes que está tentando viabilizar o gás com a Petrobras, uma vez

que a termelétrica é considerada eficiente e competitiva, com custo mais baixo que outras em operação.

"Vai haver maturidade das duas partes. Vamos dar cobertura institucional para que isso aconteça, para que a térmica de Cuiabá volte a operar", disse Pedrosa, acrescentando que conta com a boa vontade das duas companhias para resolver o impasse. O envolvimento de um terceiro agente seria um plano "alternativo". "Sequer haveria um vínculo comercial [entre Petrobras e Âmbor]", afirmou.

Procurada, a Petrobras voltou a dizer que voltará a fazer negócios com a usina desde que os problemas jurídicos sejam contornados. O mesmo valeria para o envolvimento da MT Gás. Se for constatado que isso supera os impedimentos de natureza jurídica, um eventual contrato será enviado à diretoria e ao conselho da estatal, para que possa ser avaliado.

Procurada, a Âmbor disse que não recebeu comunicado do CMSE sobre o acionamento da usina. O **Valor** teve acesso a uma carta enviada pela companhia ao comitê no início de outubro, em que se diz disponível para voltar a gerar, desde que tenha acesso ao gás. A companhia lembrou que fez uma chamada pública no início de setembro para tentar outra alternativa para o gás, mas não teve sucesso, "restando evidente que não temos outra alternativa de suprimento firme de gás que não a Petrobras."

Outra termelétrica que também se encontra parada por falta de combustíveis é a de Uruguaiana, localizada na fronteira com a Argentina e controlada pela AES. Segundo Pedrosa, o objetivo do governo é que as duas usinas entrem em operação assim que possível. "Depende do tratamento da Petrobras, do fornecimento do combustível, da parte operacional." Segundo ele, no caso de Uruguaiana, há uma questão a ser resolvida em relação à carta-garantia que o importador do gás precisa ter para apresentar na Argentina.

O diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional, Luiz Fernando Vianna, disse que um estudo desenvolvido pela PSR concluiu que o Brasil pode reduzir em R\$ 8 bilhões seus custos operativos se utilizar plenamente as conexões existentes com Argentina e Uruguai.

Com o cenário de escassez hídrica, fica cada vez maior a chance de um acionamento das termelétricas fora do modelo de acionamento por ordem de custo da operação da mais baixa e para a mais alta. Na prática, se o CMSE autorizar isso em reunião marcada para hoje, poderá determinar o funcionamento de qualquer termelétrica, independentemente do custo de operação, por medida de segurança energética. Segundo Pedrosa, a medida

deverá ser necessária quando as chuvas retornarem, para permitir a recuperação do nível de armazenamento dos reservatórios hidrelétricos.

"Até agora vínhamos resistindo ao despacho fora da ordem de mérito", disse Pedrosa. "Muito possivelmente será necessário quando a chuva vier e o preço cair, porque vamos poder ter um cenário de preços mais baixos que não despachariam térmicas, mas com reservatórios também muito baixos. E isso poderia levar a uma fragilidade para os anos seguintes. " Não se sabe se o tema está na pauta da reunião do CMSE de hoje, que vai fazer uma atualização da situação do sistema elétrico brasileiro.

Com relação à operação de termelétricas mais caras no sistema, Pedrosa disse que o objetivo do governo não é alcançar a modicidade tarifária "à marretada", nem iludir o consumidor. "Há uma tendência de aumento do custo da energia", disse. O secretário-executivo do ministério comentou ainda que "se as pessoas voluntariamente reduzirem seu consumo em 5%, isso é mais do que suficiente para que não se use algumas térmicas caríssimas e todo mundo ganha".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Camila Maia | De Brasília e São Paulo

Título: Subsídios na conta de luz devem subir 26% em 2018

Os subsídios pagos pelos consumidores na conta de luz devem subir 26% em 2018, para R\$ 16,4 bilhões, de acordo com uma proposta apresentada ontem pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A CDE é um fundo setorial que concentra os principais fluxos de receita e despesa do setor elétrico, e inclui gastos com a universalização do acesso à energia por meio do programa Luz para Todos, descontos nas tarifas de baixa renda e subsídios para produção de energia por termelétricas nos sistemas isolados.

O orçamento total da CDE proposto pela Aneel é de R\$ 17,9 bilhões, alta de 13% na comparação ao volume de R\$ 15,989 alcançados este ano. Ao registrar um volume de despesa muito maior que o de receita, o déficit constituído acaba sendo repassado, na forma de cotas, para as distribuidoras e, por sua vez, assumido pelos consumidores de todo o país. Os R\$ 16,4 bilhões representam esse déficit, que será repassado aos consumidores.

Se o orçamento de 2018 fosse comparado com o montante aprovado originalmente pela Aneel para 2017, a alta seria ainda maior. O montante previsto inicialmente era de R\$ 13,038 bilhões, mas precisou ser revisto.

Em maio deste ano, a gestão da CDE, até então responsabilidade da Eletrobras, foi assumida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que estimou um déficit de R\$ 2,1 bilhões ao monitorar mensalmente as entradas e saídas de recursos no fundo. Segundo a Aneel, isso aconteceu pela realização a maior de despesas da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e pelos benefícios tarifários concedidos aos usuários dos serviços de distribuição, além da frustração de algumas receitas decorrente de decisões judiciais.

A constituição de uma reserva técnica de R\$ 500 milhões não prevista no orçamento e a redução do orçamento do programa Luz para Todos, porém, permitiu que a estimativa de déficit fosse reduzida em R\$ 1 bilhão.

Por isso, e pela proximidade do fim do exercício, a Aneel decidiu manter o orçamento de 2017 inalterado por enquanto, mas determinou que a CCEE atualize a estimativa de déficit ou superávit depois de realizar as receitas e despesas de outubro e novembro. Esse montante deverá ser considerado na aprovação do orçamento de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Aneel libera recursos excedentes de fundo de reserva para aliviar caixa de empresas

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acatou em parte o pedido de socorro das distribuidoras com relação ao impacto no caixa pelo pagamento da exposição ao Fator de Ajuste de Garantia Física (GSF na sigla em inglês) na liquidação mensal do mercado de curto prazo. De acordo com cálculos da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), essa exposição pode chegar a R\$ 6 bilhões até o fim do ano.

A autarquia autorizou o uso dos recursos excedentes da Conta de Energia de Reserva (Coner), fundo criado para remunerar projetos contratados em leilões de energia de reserva e que estima-se estar superavitário em quase R\$ 1 bilhão, para aliviar as despesas de caixa das distribuidoras. A agência, contudo, negou o pedido de adiamento, do início para o fim do mês, da liquidação mensal do mercado de curto prazo, o que daria mais fôlego de caixa para as distribuidoras.

Na reunião da diretoria da agência, foi levantada a possibilidade de parcelamento por 90 dias do pagamento das despesas pelos agentes devedores

da liquidação do mercado de curto prazo. Uma proposta nesse sentido foi apresentada pela Santo Antônio Energia, e ainda será discutida entre os agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela liquidação.

Ao **Valor**, o presidente do conselho da CCEE, Rui Altieri, explicou que cada pleito de parcelamento dos valores precisa ser aprovado pelos credores da liquidação, como já aconteceu em outras ocasiões. "Não temos como fazer sem a concordância da contraparte", disse.

"As distribuidoras precisam apresentar a proposta e dizer em quantas vezes querem parcelar o montante. Vamos chamar os credores. Se eles concordarem, vamos mandar para a Aneel", explicou, completando que, até o momento, não houve apresentação de proposta nesse sentido.

Segundo o presidente da Abradee, Nelson Leite, "o parcelamento dará oportunidade para as empresas respirarem por 90 dias até entrar em caixa os recursos dos excedentes das bandeiras tarifárias". Na última semana, a Aneel aprovou ajustes na metodologia das bandeiras tarifárias que ampliarão em R\$ 1 bilhão o volume de recursos arrecadados do consumidor para as distribuidoras.

As decisões tomadas pela Aneel são consideradas "positivas, mas insuficientes" por Leite. Ele explicou que, agora, cada distribuidora fará os seus cálculos para determinar qual a sua relativa exposição ao mercado de curto prazo. Nos casos extremos, afirmou, a distribuidora poderá solicitar à Aneel uma revisão tarifária extraordinária para obter o reequilíbrio econômico-financeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Venda da Eletrobras incluirá solução para Angra 3, diz secretário

A modelagem da privatização do controle da Eletrobras, em elaboração pelo governo e que deve ser lançada nas próximas semanas em forma de medida provisória, contemplará uma solução para a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3, paralisadas há pouco mais de dois anos. Segundo o **secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa**, mesmo com a inclusão de uma solução para a conclusão do empreendimento, os ativos de geração de energia nuclear não farão parte da privatização da companhia elétrica.

"Esperamos que, nesse processo de privatização, Angra e o projeto nuclear [brasileiro] precisarão ser segregados. E esse processo de segregação pode nos

permitir uma solução para Angra 3", afirmou Pedrosa, durante participação em seminário promovido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio.

"Temos que buscar uma solução para Angra [a retomada das obras de Angra 3] que tenha viés de eficiência", completou o secretário-executivo, destacando que a Eletrobras já começou a pagar pelo financiamento da construção da usina, mesmo sem o empreendimento ter iniciado a operação até o momento.

Com 67% das obras concluídas, Angra 3 ainda demanda investimentos da ordem de R\$ 17 bilhões para ser concluída. A Eletrobras já investiu R\$ 8,5 bilhões no empreendimento, cuja capacidade instalada prevista é de 1.405 megawatts (MW), situado no litoral sul do Estado do Rio. As obras estão paralisadas desde setembro de 2015, por falta de pagamento a fornecedores e prestadores de serviços e por investigações internas em contratos relativos ao empreendimento.

Com relação à modelagem da privatização do controle da Eletrobras, Pedrosa contou que fechou na segunda-feira com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, o texto da medida provisória sobre o tema. A ideia é que o documento seja levado na próxima semana para discussão entre os ministros de Minas e Energia, Fazenda e Planejamento. Na segunda-feira, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, comentou sobre a possibilidade de mostrar o documento para o presidente Michel Temer ainda nesta semana.

Segundo Pedrosa, a expectativa de entrada nos cofres públicos de recursos com a venda do controle da Eletrobras subiu de R\$ 7,5 bilhões para R\$ 12 bilhões. A fórmula, porém, permanece a mesma, ou seja, será feita uma chamada de capital na qual a União vai se desfazer de sua participação no capital da Eletrobras no tamanho da necessidade de recursos necessários para fazer a desotização das usinas antigas que operam sob o regime estipulado na MP 579/2012. Ao fim desse processo, se a União permanecer majoritária na empresa, será feita uma oferta secundária na proporção de ações que dilua o Estado a menos de 50% do capital da companhia.

Ao fim do processo, o objetivo é que seja criada uma corporação, em que nenhum dos sócios será majoritário na companhia. Ainda não está batido o martelo, mas a intenção do governo é limitar a participação de cada investidor na companhia em 10% do capital da empresa. Além disso, está previsto um mecanismo que obrigue os novos sócios da Eletrobras a buscar incluir a companhia no Novo Mercado, segmento de mais alto nível de governança corporativa da B3, após a privatização.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia | De São Paulo**Título:** ISA Cteep espera solução para impasse de indenizações na MP da Eletrobras

A lei que vai definir os termos da privatização da Eletrobras precisará trazer uma solução satisfatória para acabar com a judicialização referente ao pagamento das indenizações por ativos antigos de transmissão, disse ontem Reynaldo Passanezi, presidente da transmissora ISA Cteep, em conversa com jornalistas depois de participar de evento da Apimec para investidores e analistas.

A judicialização a que ele se referiu envolve as ações propostas por consumidores de energia na Justiça questionando o pagamento das indenizações por ativos antigos de transmissão não amortizados, que somam mais de R\$ 60 bilhões, ao longo de oito anos por meio da tarifa. Esses ativos são aqueles que tiveram as concessões renovadas antecipadamente pela Medida Provisória (MP) 579, em 2012. A forma de pagamento foi definida por uma portaria do **Ministério de Minas e Energia** em abril do ano passado.

A ISA Cteep já fez o lançamento contábil da sua fatia das indenizações no balanço de 2016, que soma R\$ 12 bilhões, considerando atualizações e ajustes. As indenizações também permitiram que a Eletrobras apurasse lucro no exercício do ano passado. Dos R\$ 60 bilhões, cerca de metade deve ser pago à companhia estatal.

Segundo Passanezi, a Medida Provisória que vai tratar da privatização da companhia deve incluir uma proposta de solução para esse impasse, valendo também para as outras transmissoras afetadas pela briga na Justiça. Ele espera que a ISA Cteep possa decidir se vai ou não querer aderir à essa futura solução.

No evento, Passanezi destacou ainda que investimentos são a "máxima prioridade" da companhia neste momento. O conselho de administração da transmissora já aprovou sua participação no leilão marcado para 15 de dezembro, seja sozinha ou em algum consórcio. "Temos todo o interesse de poder ter sucesso nesse leilão", disse ele.

Segundo ele, o interesse da companhia em crescer vai além disso. "Se não for nesse leilão, haverá mais leilões. Ainda há R\$ 7 bilhões de RAP [receita anual permitida] em leilões [futuros], mais de R\$ 40 bilhões em investimentos", disse. Há ainda outros possíveis investimentos em projetos já existentes. "Há espaço de consolidação, desinvestimentos do grupo Eletrobras, desinvestimentos de empresas que enfrentam dificuldades financeiras", afirmou.

Em relação aos ativos da Eletrobras, o executivo destacou que o foco é naqueles em que a ISA Cteep já é sócia da estatal.

"Temos interesse em olhar ativos do grupo Eletrobras. Naqueles em que temos participações, compraríamos as deles", disse. No caso de projetos em que a ISA Cteep não está, o executivo disse que a companhia precisaria tomar o cuidado de avaliar quem são os demais sócios da Eletrobras antes de uma decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Petróleo avança e minério cai em outubro

Outubro foi mais um mês de descompasso entre as principais matérias-primas industriais. Mesmo assim, o clima geral do mercado foi positivo, reforçado pelo déficit mundial de alguns produtos no momento. O grande destaque negativo ficou por conta do minério de ferro, que, menos procurado pelo maior consumidor, a China, caiu pelo segundo mês seguido.

O petróleo demonstrou força mais uma vez, mantendo-se acima dos US\$ 60 por barril, algo que não era visto há mais de dois anos. O Brent de janeiro subiu 7,8% no mês, para US\$ 60,94, na ICE Futures de Londres, enquanto o WTI de dezembro avançou 5% e terminou negociado a US\$ 54,38 na Nymex, de Nova York.

Nem mesmo dados de incremento nos estoques americanos, algo que o mercado sempre acompanha atentamente, foram suficientes para acabar com o otimismo dos investidores. "Parece que o mercado de petróleo não responde mais a notícias negativas", comentou o Commerzbank na semana passada.

É o segundo mês seguido de baixa, que deixa o minério em queda de 25,8% no acumulado de 2017

A crescente expectativa de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de fato estenderá seu acordo de cortes na produção até o fim de 2018 alimenta essa alta. Já neste ano, o Bank of America Merrill Lynch (BofA) estima déficit de 230 mil barris por dia no mundo, algo que, se mantidos os cortes do cartel, deve aumentar em 2018.

A consultoria Capital Economics, contudo, alerta: esse preço provavelmente vai cair. O avanço da oferta dos países de fora da Opep, especialmente os Estados Unidos, provavelmente impedirá a redução nos estoques de barris. A instituição crê que o Brent encerrará o ano que vem em US\$ 55.

Pressionado pela perspectiva de menor consumo chinês, o minério, por outro lado, apresentou uma série de quedas no fim do mês e terminou em recuo de 5,7% em outubro, para US\$ 58,52 a tonelada. A referência é o produto com teor médio de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao, segundo levantamento da "Metal Bulletin".

É o segundo mês seguido de baixa, que deixa a commodity em queda de 25,8% no acumulado de 2017. Durante o quarto trimestre, a expectativa dos analistas é de que o preço médio fique ao redor de US\$ 56. Com um terço do período já encerrado, a média encontra-se em US\$ 61,44 - 14% abaixo do nível do terceiro trimestre e recuo de 12,9% em comparação anual.

A expectativa geral do mercado, desde o começo do ano, era de que durante o segundo semestre os preços iriam ceder. Com a nova oferta de Austrália e Brasil chegando à China, em um momento em que se projetava que tanto a sazonalidade quanto a intenção do governo chinês de controlar a poluição derrubariam a produção de aço, o excesso do material no mercado se intensificaria.

Mas a partir de março a fabricação de aço chinês começou a ganhar ritmo e bateu um recorde histórico em agosto, com 74,6 milhões de toneladas. Também em antecipação ao fechamento de parte da capacidade produtiva, as usinas correram para produzir ao menor custo possível, principalmente usando minério de maior qualidade.

No mercado futuro, os contratos com vencimento em janeiro do mesmo tipo de minério fecharam o mês em 428 yuans (US\$ 64,30) na Bolsa de Commodities de Dalian. Em outubro, a desvalorização foi de 5,8%. No caso do aço, a bobina a quente caiu 2,3% durante o mês na Bolsa de Futuros de Xangai, para 3.886 yuans, e o vergalhão recuou 1,8%, para 3.628 yuans.

Ao contrário de outros momentos, os metais não ferrosos se descolaram do minério, por conta de seus próprios fundamentos econômicos. Em várias oportunidades as commodities têm comportamento semelhante de preços, principalmente quando há tendências mais gerais da China.

"O repique dos metais industriais continua, impulsionado pelo otimismo quanto aos cortes de produção na China. Até agora, o único preço que cai é o do minério de ferro", comenta a Capital Economics. Em muitos casos, alerta a instituição, a cotação já supera o que seria justificável.

Em outubro, os contratos futuros de três meses do alumínio tiveram alta de 1,3% e fecharam ontem a US\$ 2.160 a tonelada na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês). O cobre avançou 3,9%, para US\$ 6.839, o níquel

registrou valorização de 15,4%, para US\$ 12.295, e o zinco ganhou 3,2%, cotado a US\$ 3.253,50.

A Capital Economics aposta que, apesar da reforma de capacidade chinesa, a produção de alumínio deve seguir alta muito por conta da valorização recente do metal. A correção mais aguda para baixo viria só no ano que vem. O aumento dos estoques do cobre também assusta, acrescenta a consultoria, e o mercado parece amplamente suprido.

No caso do níquel, o Commerzbank ressalta que o déficit no mercado internacional provavelmente continuará, mas o aumento de exportações da Indonésia e das Filipinas deve derrubar essa falta da commodity no ano que vem. Por outro lado, há boas perspectivas de demanda no longo prazo, especialmente no uso do metal em baterias de carros elétricos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras avalia parceria com CNPC em refino no Rio

As conversas entre a Petrobras e a chinesa CNPC, para parcerias na área de refino, podem envolver um acordo "mais amplo" do que aportes na conclusão da refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí (RJ). O presidente da estatal brasileira, Pedro Parente, sinalizou ontem que a busca de um sócio para finalizar a construção da unidade fluminense pode incluir outros investimentos na área de refino, no Rio.

"Uma das possibilidades [do programa de parcerias na área de refino] seria aportar os recursos necessários para conclusão do Comperj. Na realidade, seria uma coisa um pouco mais ampla, uma revisão, uma revamp [modernização] da área de refino do Estado do Rio, que seria permitida, se der certo, com nosso plano de parcerias nessa área", disse Parente, durante palestra na Associação Comercial do Rio, sem dar maiores detalhes sobre que tipo de investimentos poderiam ser feitos dentro do escopo da parceria.

Além do primeiro trem da refinaria do Comperj, que terá capacidade para processar 165 mil barris diários de petróleo e se encontra com 85% de suas obras executadas, o parque de refino do Rio inclui também a refinaria de Duque de Caxias. A Reduc, única refinaria da Petrobras ativa no Estado, opera desde 1961 e possui capacidade para processar 239 mil barris/dia. O Rio concentra, ainda, uma série de terminais de abastecimento: Japeri, Angra dos Reis, Cabiúnas (em Macaé), Campos Elísios (Duque de Caxias), Ilha D'água e Ilha Redonda (Rio) e Volta Redonda.

As obras do Comperj já absorveram investimentos de US\$ 13 bilhões e estão paradas desde 2015. Parente disse que a Petrobras tem planos de reiniciar "muito brevemente" a construção da unidade de processamento de gás natural (UPGN) do complexo (36% executadas). Este é o único investimento que a estatal toca com recursos próprios no Comperj. O primeiro trem da refinaria só será concluído com investimentos de um sócio e o segundo trem, a unidade de lubrificantes e a central petroquímica - que faziam parte do projeto original - não estão mais nos planos.

Na semana passada, Parente se reuniu com prefeitos e membros do Conleste (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense), que abrange os municípios da área de influência do Comperj, e reafirmou o compromisso de construir o Rota 3, gasoduto submarino que escoará o gás do pré-sal para a UPGN de Itaboraí.

Ontem, o presidente da estatal destacou que a empresa está concluindo o modelo de parcerias e venda de ativos do refino. Segundo ele, a companhia está percebendo um "nível muito grande" de empresas interessadas nos ativos da Petrobras.

Além de parcerias estratégica com a CNPC, a Petrobras também mantém conversas com a britânica BP para avaliar oportunidades conjuntas de negócios em uma série de setores. Segundo Parente, o escopo da aliança ainda está em discussão, mas a princípio não há previsão de parcerias no Comperj.

O executivo afirmou, no entanto, que o acordo com a BP envolve um "interesse muito grande" na área de gás natural, para "permitir aumentar a participação do gás no portfólio da Petrobras", e pode incluir eventuais trocas de ativos. Ele citou também que a cooperação prevê parcerias na área de comercialização de derivados e petróleo cru, onde a britânica possui "uma grande experiência que pode beneficiar" a estatal brasileira.

O primeiro passo concreto do acordo foi sacramentado na semana passada, quando a Petrobras e BP arremataram, em consórcio, duas áreas na 3ª Rodada de partilha do pré-sal: Peroba e Alto de Cabo frio Oeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Engie conclui venda

A Engie Brasil (antiga Tractebel) concluiu a venda de suas participações na Eólica Beberibe, Eólica Pedra do Sal e Hidrelétrica Areia Branca para a Companhia Energética Petrolina (CEP), pelo valor de R\$ 321,9 milhões. A operação tinha sido anunciada em dezembro. As três unidades vendidas representam, juntas, geração de 63,4 megawatts (MW). A CEP é uma companhia que opera no setor elétrico desde 2002, por meio da UTE Petrolina. Tem como controladores os grupos Incospal, Coimex e Vale do Lobo. A Engie informou que a transação integra a estratégia de rotação e otimização de seu parque gerador, de forma a permitir a expansão em ativos que ofereçam maior grau de sinergia entre si.

Gerdau na Argentina

A siderúrgica Gerdau inaugurou ontem uma aciaria na província argentina de Santa Fé, após três anos em construção. Os investimentos do projeto totalizaram US\$ 232 milhões ao longo desse tempo, informou a companhia. A capacidade produtiva dessa aciaria é de 650 mil toneladas de aço por ano, fabricadas por meio da fusão de sucata. A unidade está localizada a seis quilômetros da laminação que a empresa mantém no país, que é capaz de processar cerca de 263 mil toneladas anualmente. A construção consumiu boa parte dos investimentos em novos projetos da Gerdau durante os últimos trimestres.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: CSN pretende acelerar corte na dívida durante 2018

Um dia após apresentar balanços atrasados, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) convocou uma teleconferência para acalmar o mercado. Pelo menos cinco executivos, dentre eles Benjamin Steinbruch, presidente e principal acionista da empresa, falaram sobre planos de curto e médio prazo - especialmente para acelerar a desalavancagem.

A empresa admitiu ter falhado até aqui em reduzir a relação entre dívida líquida e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) para 3,5 vezes, como adiantou aos investidores e analistas há algum tempo. Mas esse continua sendo o objetivo.

"Acreditávamos em uma queda mais rápida dos juros e também uma recuperação mais rápida e forte da economia", lamentou Steinbruch. "Acho que não é o que gostaríamos [de apresentar], mas é o que foi possível."

Neste ano, o executivo-chefe da CSN disse que a receita líquida deve somar cerca de R\$ 18 bilhões, ao menos 5% acima de 2016. O Ebitda, por sua vez, terminará em R\$ 5 bilhões, aproximadamente, alta de 22% no mínimo. Com isso, em dezembro a alavancagem marcaria 5 vezes.

A diretoria aposta que a meta de 3,5 vezes será batida em 12 a 18 meses. Steinbruch foi além e disse que o ideal seria reduzir o índice em no máximo um ano.

Desde 2015 se fala de venda de ativos na CSN. As participações em usinas hidrelétricas, o Sepetiba Tecon e até mesmo uma fatia da área de mineração foram consideradas para venda. Até agora, só a fabricante de latas de aço Metalic foi vendida, por menos de US\$ 100 milhões.

"Não é porque não vendemos outro ativo que não estamos conversando a respeito", afirmou Steinbruch. "Todos nossos negócios não 'core' [não estratégicos] estão sendo trabalhados, discutidos, valorizados para o momento oportuno em que acharmos que o custo benefício é favorável", acrescentou. Ele acredita que os preços de venda serão melhores em 2018.

O executivo declarou se preparar para alienar as ações, especialmente as preferenciais, que detém da concorrente Usiminas.

Enquanto isso, a CSN volta a negociar com os bancos para conseguir rolar sua dívida. Só em 2018, vencem R\$ 5,6 bilhões em obrigações, quase 20% do total. Apresentar o balanço auditado de 2016 era pré-requisito para voltar à mesa de negociações. "Vamos descobrir agora com os bancos se eles terão alguma restrição ao fato de não termos os balanços trimestrais [de 2017] auditados", afirmou David Salama, diretor-executivo de relações com investidores.

Até o fim de 2017 - de preferência em novembro, segundo Steinbruch - a expectativa é que já haja um acordo para o reperfilamento da dívida. Depois, no primeiro semestre de 2018, é possível até que a CSN vá ao mercado atrás de condições melhores para tomar dívida.

No campo operacional, a CSN mapeou R\$ 480 milhões em oportunidades de incremento do Ebitda de siderurgia "entre o fim deste ano e o começo do próximo", revelou Luís Martinez, diretor comercial. O reforço viria de reajustes de preço já anunciados e futuros, por exemplo. Ao setor automotivo, que promove as negociações mais duras, afirmou que o aumento será de no mínimo 25%.

Em cimentos, área considerada estratégica e na qual Steinbruch disse querer participar da consolidação como agente, as oportunidades são de R\$ 170 milhões.

Na CSN Mineração, grande motivo do atraso dos balanços, a expectativa é produzir até 31 milhões de toneladas em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Chiara Quintão | De São Paulo

Título: Com reguladores de gás, Sandra Papaiz voltará à produção

Quando o empresário italiano Luigi Papaiz chegou ao Brasil em 1952, trouxe duas patentes registradas em seu país natal - a de um ferro elétrico e de um regulador de gás. Havia intenção de produzi-los em terras brasileiras, mas italianos aqui residentes que tinham trabalhado com cadeados, na Itália, o incentivaram a fabricar o produto. Sessenta e cinco anos depois, Sandra Papaiz, filha do patriarca da família, está negociando com investidores internacionais parceria para dar início à fabricação de reguladores de gás a partir de 2018.

Os produtos serão os primeiros fabricados com a marca Papaiz por alguém da família depois da venda, no fim de 2015, da conhecida empresa de cadeados e fechaduras para a sueca Assa Abloy. Pelo acordo fechado há quase dois anos, a família - dona da holding Papaiz Participações - pode usar a marca Papaiz, exceto em produtos que façam parte do portfólio da Assa Abloy. A família Papaiz também vendeu a Udinese à sueca em 2015.

Sandra pagará à Papaiz Participações royalties pelo uso da marca nos reguladores de gás a serem fabricados por sua empresa, a Panoramaz, em fase de constituição. Todos os membros da família podem lançar mão da marca, mediante remuneração da holding pelo uso.

Segundo a empresária, pesquisa realizada junto a consumidores apontou que a percepção da marca Papaiz está associada à ideia de segurança, com possibilidade de identificação também com produtos como malas e reguladores de gás. Além da questão pessoal, pesou na escolha dos reguladores o fato de os clientes desses produtos serem os mesmos de cadeados e fechaduras - atacadistas, home centers e lojas de materiais de construção. "Cerca de 95% do Brasil utiliza bujão de gás", acrescenta Sandra.

O faturamento anual desses reguladores, segmento por meio do qual Sandra voltará ao mundo fabril, é estimado em R\$ 300 milhões, com produção mensal de 50 mil unidades. A empresária pretende deter a fatia de 10% desse mercado em três anos, atuando somente com produtos premium. Futuramente, Sandra vai apostar também em outros itens com a marca Papaiz. "Não consigo viver sem barulho de prensa na cabeça. Gosto de gente, de linha de produção", conta.

A Cicap - empresa de galpões da Papaiz Participações - possui empreendimentos em Diadema (SP) e Salvador. Os reguladores serão fabricados em um dos dois locais, com mais probabilidade de ocorrer na Bahia em função de incentivos fiscais e de custos mais competitivos de mão de obra. A empresária pagará aluguel à Cicap pelo uso do espaço de galpão que precisará ser construído.

Atualmente, os galpões que a Cicap possui em Salvador estão locados pela Assa Abloy. Em Diadema, há vacância de parte das áreas, mas dois contratos de locação para parte dos espaços vagos estão em fase de assinatura, e existem negociações para o restante. A expectativa é terminar o ano sem vacância, segundo a empresária.

No conselho da Papaiz Participações, estão o irmão de Sandra, Paolo Papaiz; o cunhado, Ricardo de Mello Franco; e o genro, Rafael Werner. Além da Cicap, a Papaiz Participações possui a Veredas do Arrojado - de plantio de eucalipto -, e trading de comércio exterior que representa a Assa Abloy e outras empresas.

Sandra está à frente do conselho da família, responsável pela formação da terceira geração - composta por sete netos do fundador Luigi. A empresária também é presidente do conselho de beneméritos da Escola Italiana Eugenio Montale e participante da Comissão de Empresas de Controle Familiar do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). "Sou animada."

MME / ASCOM .